

CAPÍTULO 13

Pornografia, uma linguagem em uso: a (re)produção do racismo na pornografia online mainstream

Jenifer Daniele de Lima Santos

Elizabete Franco Cruz

Este artigo tem como base as discussões teóricas desenvolvidas na pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (ProMuSPP-USP), intitulada “A preta no pornô: a produção discursiva sobre mulheres negras na pornografia consumida no Brasil”, cujo objetivo é compreender as práticas discursivas que dizem respeito às mulheres negras na pornografia online heterossexual mainstream que circula no Brasil. A metodologia adotada é a Análise do Discurso, sob a perspectiva do construcionismo social, por meio da qual serão descritos e analisados a estrutura e o conteúdo do site pornográfico mais acessado no Brasil, o *Xvideos*. Também será debatida a racialização do seu conteúdo por meio das *tags* (sistema de classificação dos vídeos no site), títulos, descrições e por meio da análise de cinco vídeos com mulheres negras. Aqui, apresentamos a discussão da pornografia como uma prática discursiva, portanto uma linguagem em uso que é, simultaneamente, produto e produtora de discursos no que diz respeito às questões de raça e gênero. Abordamos as bases históricas e sociais da objetificação sexual das mulheres negras na

formação da sociedade brasileira e os ecos dessa hipersexualização, constantemente explorados pela indústria pornográfica atual.

A princípio, cabe estabelecer de qual pornografia estamos falando, uma vez que definir pornografia de forma unânime e pacífica é impossível, devido às históricas e importantes disputas narrativas por trás do termo (Ribeiro; De Paulo, 2017). Neste trabalho, usamos o conceito proposto por Leite (2009), que sintetiza a pornografia como “a representação sexual visando em especial a excitação erótica de seu público e estando intimamente relacionada com a produção padronizada para um mercado estabelecido” (Leite, 2009, p.4). Ou seja, tratamos da pornografia que se constitui como um mercado, uma indústria que movimenta bilhões de dólares por ano, seja em produções cinematográficas, sites amadores ou revistas, considerado um dos ramos mais rentáveis do mundo. Ainda assim, encontrar dados exatos sobre o conteúdo pornográfico no Brasil e no mundo se mostra cada vez mais difícil, devido à expansão da internet, principal veículo da pornografia. Tratando-se apenas da pornografia online, estima-se que 40% das atividades estejam relacionadas de alguma forma a conteúdos pornográficos (Parreiras, 2012). Em nível nacional, Rost (2016) afirma que o Brasil é um dos principais produtores de filmes pornográficos mainstream e estima-se que 55% dos/as brasileiros/as acessam conteúdo pornográfico pela internet, sendo uma proporção maior até mesmo do que a observada nos Estados Unidos, o grande líder desse mercado.

Há que se reconhecer que, sendo uma indústria que movimenta mais dinheiro que setores fonográficos e esportivos, e engajando muito mais do que outras indústrias de entretenimento, a pornografia precisa ser encarada como uma produção midiática que influencia a sociedade brasileira e é influenciada por ela (Barros e Barreto, 2018). As produções midiáticas “ampliam o leque de repertórios disponíveis às pessoas, possibilitando a produção de outros sentidos e a construção de versões diversas sobre si e o mundo a sua volta” (Medrado, 2013, p. 202).

Por isso, aqui queremos aprofundar a discussão da pornografia como uma produção midiática de amplo alcance que é, simultaneamente, produto e produtora de discursos e, a partir disso, observar as relações de gênero e raça que se impõem nessa indústria. Para tal, utilizamos o conceito de práticas discursivas sob a perspectiva do construcionismo social, que detalharemos a seguir.

A linguagem produz sentidos. Palavras constroem subjetividades, criam ou anulam possibilidades de ação, inventam pessoas. Por meio da relação entre os seres humanos e entre o mundo à nossa volta, produzimos conceitos e categorias a respeito da experiência humana e, assim, abrimos novas possibilidades de experiência. Ao analisarmos sob a perspectiva histórica, observamos que a ação humana foi e é construída de modo diretamente relacionado à nossa capacidade de

descrever. Isso quer dizer que só conseguimos agir de certa forma se formos capazes de descrever essa ação, portanto, quando novos modos de descrição passam a existir, também revelam novas possibilidades de ação (Hacking, 2009).

Essa linguagem viva, constantemente em ação, cujo caráter performático e interacional lhe é intrínseco, pode ser definida como práticas discursivas, conceito desenvolvido por Spink e Medrado (2013).

Os elementos constitutivos das práticas discursivas são: enunciados, gêneros de fala e repertórios interpretativos. Os “enunciados” podem ser entendidos como o movimento dialógico do fluxo discursivo que traz à tona vozes anteriores. O diálogo atual foi precedido por outros diálogos, trocas e negociações que se fazem presentes no momento da interação. Sendo assim, é impossível que enunciados sejam neutros ou sequer originais, seu caráter interacional reforça e/ou contrapõe suas múltiplas vozes o tempo todo (Spink e Medrado, 2013).

Os “gêneros de fala”, por sua vez, dizem respeito a formas e estilos da linguagem, que mudam de acordo com contexto, tempo e interlocutores. Por fim, os “repertórios interpretativos” são maneiras de dar novas versões aos fenômenos à nossa volta, cujo resultado pode ser visto na polissemia de sentidos que um mesmo fenômeno pode ter em diferentes épocas e contextos (Spink e Medrado, 2013). Os repertórios e seus múltiplos usos na produção discursiva cotidiana possuem íntima relação com a história e a temporalidade: “o tempo longo, que marca os conteúdos culturais, definidos ao longo da história da civilização; o tempo vivido, das linguagens sociais aprendidas pelos processos de socialização, e o tempo curto, marcado pelos processos dialógicos” (Spink e Medrado, 2013, p.10).

Dessa maneira, ao compreendermos a pornografia como uma prática discursiva, percebemos que ela atua simultaneamente como produto discursivo, na medida em que evoca os enunciados preexistentes e que circulam na sociedade, e também como produtora de novos repertórios interpretativos por meio de seus gêneros de fala. Por isso, propomos que abordar a pornografia online como linguagem em uso pode nos auxiliar a compreender a maneira pela qual a pornografia se intersecciona com o racismo e o sexismo cotidianos experienciados pelas mulheres negras nos processos dialógicos nesse tempo curto, permanentemente atravessado pelo tempo vivido e pelo tempo longo. Começaremos aprofundando a discussão acerca da pornografia como um produto discursivo.

A pornografia exagera papéis sociais e sexuais preexistentes (hooks, 1990). Não à toa, o racismo e o sexismo evidenciados pela pornografia não destoam do que já existe na sociedade. O discurso pornográfico não inaugura a objetificação de corpos negros, pois essas relações escancaram os tijolos de racismo e sexismo sobre os quais se ergue a estrutura da nossa sociedade.

Segundo Barros e Barreto (2018), é difícil não relacionar a facilidade com a qual o corpo negro é objetificado na sociedade brasileira à herança escravocrata. Os jornais da época alertavam maneiras de avaliar adequadamente as novas "peças", a fim de evitar calotes: cicatrizes, odores, condições da pele, carnes rijas e os aspectos dos genitais demonstravam uma mercadoria em perfeitas condições de uso. A sexualização dos corpos caminha junto à sua mercantilização e assim se produzem as fantasias sobre corpos negros. "O discurso da moral sexual civilizada deixa para trás um vácuo de curiosidade sobre os aspectos indizíveis sobre o sexo dentro deste discurso; é quando a pornografia se apropria" (Barros; Barreto, 2018, p. 307). Conforme os autores citados:

Se por um lado o negro é sucessor de uma memória recente na história que produz e reproduz o preconceito racial por meio de um corpo que era dado como; coisa, objeto, mercadoria, peça..., por outro lado, vive numa sociedade onde a representação desse objeto (negro) é permeada de fantasias e desejos em torno da sua sexualidade no contexto midiático e pornográfico (Barros; Barreto, 2018, p. 313).

A herança da escravização para as mulheres negras foi ter sua imagem indissociada da imagem da mucama. Sua função, portanto, é a de prestação de serviços e, entre eles, os serviços sexuais se mostram como uma função oculta, recalcada, mas sempre presente no imaginário social (Gonzalez, 2020).

Carmo e Rodrigues (2021) traçaram um histórico da hipersexualização da mulher negra no Brasil. De acordo com as autoras, essa lógica escravagista da mulher negra como meio de rentabilidade econômica e produto sexual é o cerne para entender os estereótipos e as expectativas sexuais que permanecem até hoje.

Fazia parte da ideologia colonial a desumanização de corpos negros e indígenas, a fim de justificar as violências exercidas contra essas pessoas. Dessa forma, as divergências físicas percebidas entre os povos serviram de base para teorias racistas, atribuindo à realidade biológica de certos grupos o motivo de sua inferiorização social. Mas se "era preciso enfeiar o corpo para castigá-lo" (Del Priori, 2011, p. 29), portanto, o tratamento reservado às mulheres negras carregava a ambiguidade de serem degradadas e desejadas ao mesmo tempo, tal qual um animal exótico vítima de um caçador cruel.

Submetidas aos mesmos castigos físicos dos homens negros e também vítimas de estupro, as mulheres negras eram alvo de um desejo masculino que não se encaixa na lógica das relações afetivas. Segundo Carmo e Rodrigues (2021), o desejo sexual pelas escravas era uma arma de dominação, uma estratégia violenta de aniquilar suas possibilidades de resistência e a miscigenação brasileira, utilizada como argumento que

sustenta o mito da democracia racial brasileira nada mais é do que um projeto de sucessivos estupros de mulheres negras e indígenas (Carmo e Rodrigues, 2021).

Nesse ponto, Lélia Gonzalez (2020) argumenta que a experiência de formação de sociedade brasileira se distingue da formação de países que se constituem exclusivamente por europeus brancos. Essa diferença pode ser observada por meio da escolha de estratégias de exploração e opressão, por exemplo, o racismo aberto ou o racismo disfarçado.

O racismo aberto, característico de países de origem anglo-saxônica, germânica e holandesa, constrói sociedades nas quais a supremacia branca procura manter sua "pureza" racial, portanto, a miscigenação é inaceitável e a segregação é realizada de maneira explícita. O apartheid na África do Sul e as políticas segregacionistas nos Estados Unidos da América, assim como a seita Ku Klux Klan, são modelos desse racismo explícito. Uma de suas consequências é que, frente à segregação evidente, a identidade racial dos grupos discriminados se fortalece. Uma pessoa negra numa sociedade de racismo aberto facilmente é reconhecida e se reconhece enquanto negra e, dentro de suas comunidades, pode ressignificar a experiência da negritude (Gonzalez, 2020).

Em contrapartida, o racismo disfarçado, característico no processo de colonização dos países da América Latina, faz prevalecerem as teorias de miscigenação como forma de "limpar o sangue" e de democracia racial.

As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante. A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que "não existe racismo no Brasil porque o negro conhece seu lugar", sintetiza o que acabamos de expor (Gonzalez, 2020, p. 131).

Marcado por denegação, o racismo à brasileira existe sob o véu do branqueamento e, assim, a existência das pessoas negras numa sociedade racista é marcada por "perder a cor", um contínuo processo de embranquecimento não somente da pele, mas do pensamento.

Transpassadas pelas categorias de racismo, sexismo e colonialidade, a opressão das mulheres negras muitas vezes se apresenta disfarçada de elogios, "o imaginário que se faz dela: que a mulher negra samba muito bem, dança, canta, cozinha, faz o sexo gostoso, cuida do corpo do outro, da casa da madame, dos filhos da madame" (Evaristo, C. *apud* Carmo; Rodrigues, 2021).

Por trás do "elogioso" rótulo de mulata, a mucama continua servindo à casa branca. É a partir de muita resistência que as mulheres negras lutam contra as discriminações que lhe são impostas. Desde a escravização, protagonizaram rebeliões e fugas, travaram verdadeiras guerras contra seus senhores, e seguem denunciando as novas roupagens que o racismo adquiriu ao longo dos anos. "Não obstante ao período escravocrata onde o corpo era exposto para ser comercializado, hoje ele é exposto para ser consumido" (Teixeira; Queiroz, 2017, p. 1)

Patricia Hill Collins (2019) observa que é a partir da objetificação das mulheres negras que a sociedade justifica as opressões de raça, gênero, sexualidade e classe. O elemento objetificado assume o papel de "outro", ou seja, a parte completamente oposta e inversa ao "eu". Dessa forma, os elementos do pensamento binarista (homem/mulher, branco/negro) não são apenas diferentes entre si, são opostos, o que confere ao grupo que detém o poder a possibilidade de controlar, dominar e explorar o outro.

Enquanto objetos, os grupos oprimidos têm identidade e realidade definidas por seus opressores. São eles que dizem o que são, como se comportam e porque devem ser temidos, controlados e exterminados. Assim, a maior resistência contra a objetificação seria o poder da autodefinição, estabelecer sua própria identidade. Como estratégia de minar essa resistência, foram criadas as imagens de controle (Collins, 2019).

As imagens de controle são a justificativa ideológica para a manutenção das opressões interseccionais a partir da exploração de símbolos já existentes ou a partir da criação de novos. Por meio da autoridade que os grupos dominantes têm para definir os valores sociais, é possível e desejável manipular as ideias sobre a feminilidade negra. Não são apenas estereótipos ou representações sobre mulheres negras, mas sua utilização para articular justificativas a respeito das iniquidades sociais e violências impostas às mulheres negras até que essas opressões pareçam inevitáveis e naturais (Collins, 2019; Bueno, 2019).

O que há de comum a todas as imagens de controle das mulheres negras é a manipulação e a regulação de sua sexualidade. Na escravidão, o ventre das mulheres negras era fábrica de novos escravizados e, portanto, um produto a ser explorado economicamente. Era importante consolidar a ideia de que essas mulheres possuíam uma sexualidade desviante, o que justificava estupros recorrentes e sucessivas gestações. Ao mesmo tempo, as escravizadas não podiam ser desejadas pelos homens brancos a ponto de parecerem humanas, pois precisavam ser exploradas para o trabalho e não podiam apresentar ameaça para a estrutura da família branca; eram animais para uso e desuso. Assim, as imagens de controle oscilam

entre negar completamente a sexualidade das mulheres negras, tornando-os corpos servis, dóceis e submissos ao cuidado, e exacerbar sua sexualidade como desviante e, por vezes, insaciável (Collins, 2019).

A imagem de controle da Jezebel, por exemplo, consolidou, desde a escravidão, a representação de mulheres negras como sexualmente agressivas, de apetite sexual incontrolável e sexualidade desviante, o que serviu para justificar os ataques sexuais de homens brancos e a fecundidade desenfreada das escravizadas (Collins, 2019). A representação de mulheres negras como um corpo sem mente, desenfreadamente sexualizado e primitivo serviu para corroborar o estupro cometido contra elas e a utilização de seus corpos como incubadoras de escravos (hooks, 1995).

Para Sueli Carneiro (2003), a violência sexual cometida contra as mulheres negras e indígenas na colonização do Brasil é o "cimento" das hierarquias de gênero e raça, e a erotização dessa violência sexual romantiza e sexualiza a miscigenação e o mito da democracia racial. A mulata, nesse sentido, é produto e profissão ao mesmo tempo, é o resultado de políticas de miscigenação que resultaram no perfeito "produto exportação", ao passo que servem ao servilismo profissional e sexual (Pacheco, 2008). É na mulata que visualizamos o correspondente brasileiro da Jezebel (Bueno, 2019).

De maneira concomitante à recorrente exaltação da cultura negra e da miscigenação do povo brasileiro, como pode ser percebida na valorização do carnaval e das figuras da mulata brasileira tipo exportação, o corpo negro é marcado pela hipersexualização e ocupa o imaginário social como animais de sexualidade lasciva e fora do comum, como se seus corpos fossem projetados para servirem como objeto sexual e de servidão (Pacheco, 2008).

Essa dinâmica não é exclusividade da pornografia e nem mesmo uma novidade. A representação midiática das mulheres negras brasileiras enquanto objetos sexuais é antiga e recorrente, e um dos seus maiores símbolos é a figura da Globeleza.

O início da veiculação de sua imagem foi 1993, e apenas em 2022 a Globeleza viu seu fim. No site da emissora Globo, a matéria iniciou em tom saudosista: "O fim de uma era". O fato pareceu ter pouca repercussão, provavelmente porque o fim da Globeleza não foi repentino, o processo se iniciou em 2017 quando, para a surpresa de muitos, a Globeleza apareceu vestida pela primeira vez.

A dançarina, Érika Moura, não estava sozinha no cenário iluminado, mas com outros cinco bailarinos. O que despertou atenção nessa nova versão foi o fato de que a Globeleza, diferentemente dos anos anteriores em que aparecia sem roupa, apenas como corpo pintado e um tapa-sexo, surgiu vestida e

acompanhada. Com isso, até o enquadramento da câmera mudou: se antes focava nas partes sexuais do corpo da modelo, agora é no todo, na modelo, nos dançarinos, nas fantasias e nos acessórios (Nunes e Silva, 2017, p. 1062).

Santos (2018), em seu estudo "O espetáculo da mulher negra nua na televisão: um estudo de caso sobre a Globeleza", aponta que desde seu surgimento, a Globeleza sempre foi representada por uma mulher negra, nua, com o corpo coberto apenas por purpurina, sambando. Sua aparição na tela não tem nenhuma fala ou interação com o espectador, consistindo apenas em sua imagem exaltando corpo, sensualidade e força sexual, e sua exposição dava-se na tela em todos os horários e para os mais diversos públicos. Ao longo dos anos, outros programas da emissora incorporaram em suas grades quadros de competição para escolher a "musa do carnaval" ou a "nova globeleza", cujos critérios não são difíceis de adivinhar.

Além de cheirosa e gostosa a mulata é muitas outras coisas nesses e em outros textos: é bonita e graciosa, dengosa e sensual; em suma, *desejável*. De Gegório de Matos a Guimarães Rosa, na prosa e na poesia, no universo do carnaval (ou do samba), através do rádio, do teatro rebolado e da televisão, a mulata, assim construída como um objeto de desejo, tornou-se símbolo nacional [...] a mulata é puro corpo, ou sexo, não "engendrado" socialmente (Côrrea, 1996, p. 39-40, grifo da autora).

Para Lélia Gonzalez, o Carnaval reencena o mito da democracia com toda sua força simbólica. No conto de fadas carnavalesco, a mulata parece ser exaltada, sua beleza, sua cultura e sua sensualidade, mas no dia seguinte à festa, na vida cotidiana, a mulata se depara com a crueza da realidade, pois a mulata também é a mucama.

A mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação "profissional": doméstica e mulata. [...] A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do "rebolado", para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como provas concretas da "democracia racial" brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista "Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar" (Gonzalez, 2020, p. 59)

De acordo com Collins (2019), a pornografia, a prostituição e o estupro são casos específicos que demonstram as conexões entre as ideologias sexuais desenvolvidas sobre mulheres negras e o uso da força para manter a ordem social. Esses

temas jogam luz sobre a política sexual regulatória à qual foram submetidas as mulheres negras ao longo da história. Para a autora, a objetificação sexual desumanizadora destinada às mulheres negras se tornou uma indústria conhecida como pornografia e perceber "a pornografia como esfera de opressões interseccionais promete lançar nova luz para a compreensão das injustiças sociais. Investigar padrões raciais na pornografia poder ser um caminho para essa análise" (Collins, 2019, p. 239).

Assim, a pornografia se constitui como um produto discursivo dessa sociedade estruturada em imagens de controle da mulher negra como lasciva, de sexualidade desviante e animalizada, cujo corpo é constantemente usado como objeto de exploração física e sexual. O modo como a indústria pornográfica dialoga com esse passado-presente demonstra o imaginário sexual da sociedade que a consome. Por outro lado, a pornografia cria novas maneiras de compreender o mundo à sua volta.

A pornografia possui suas próprias regras, ela é um regime discursivo específico, com práticas semióticas, objetivos, linguagens e modos de circulação restritos ao seu universo (Maingueneau, 2010).

Alves e Perez (2021) afirmam que o conteúdo pornográfico mainstream é produzido pensando no público masculino, reproduz estereótipos raciais e de gênero e é ampla e gratuitamente disseminado na internet, tornando-se de fácil acesso, o que amplia sua capacidade de produzir saberes, veicular informações e produzir sujeitos.

Os elementos narrativos pornográficos são organizados de maneira a deixar evidente o que é aceitável ou não nessa indústria. A brancura é incolor, mas quando há pessoas não brancas na pornografia, essa informação se torna de suma importância para o conteúdo, ficando explícita nos títulos, inclusive por meio de estereótipos racistas flagrantes (Dines, 2010).

A caracterização da mulher negra na indústria pornográfica age, de uma maneira cíclica, como sintoma e origem do estigma social imposto à mulher negra. Simultaneamente a retrata na forma como seus consumidores desejam vê-la-submissa, incontrolável: um animal a ser dominado, o que estimula sua visão lasciva. Para o mundo pornográfico, seus produtores, reprodutores e consumidores, a mulher negra apenas se satisfaz sexualmente ao ser reduzida as partes de seu corpo, a ter sua cor e gênero como motivos de submissão. A ela lhe agrada porque na cena ela sorri e pede por mais (Ribeiro; De Paulo, 2017, p. 335).

Há uma rede complexa funcionando como dispositivo social de (re)produção de discursos. As ferramentas são diversas: as construções sócio-históricas, estruturas dos sites, ferramentas algorítmicas, interações cibernéticas entre usuários com

comentários e *tags*, comunicação audiovisual dos vídeos, o vocabulário apelativo, entre outras. Dadas as dinâmicas sociais existentes, alguns funcionamentos discursivos se cristalizam, se institucionalizam como modelos a serem seguidos (Da Campo; Vinhas, 2023).

Considerações finais

Tendo em vista as reflexões apresentadas acerca de uma sociedade em que mulheres negras já são objetificadas e animalizadas, constatamos que a mensagem da pornografia encontra solo fértil para produzir e reproduzir o pensamento racista vigente. Fischer (1997) argumenta que as diferentes modalidades midiáticas têm se constituído como um dispositivo pedagógico, pois "ao lado de uma função objetiva de informar e divertir espectadores, por exemplo, haveria na mídia uma função explícita e implícita de 'formá-los'" (Fischer, 1997, p. 66). Sendo uma mídia de amplo alcance, a pornografia tem maior capacidade de amplificar a quantidade de repertórios disponíveis às pessoas, intensificando a produção de sentidos e de novas versões sobre as relações consigo e com a sociedade à sua volta. Por tratar-se uma linguagem em uso, ela constantemente produz verdades sobre as relações retratadas em seu conteúdo.

Dessa forma, acreditamos que é imprescindível aprofundar as discussões sobre as relações de gênero e raça na pornografia cada vez mais, pois assim serão possíveis a construção de ideias e ideais feministas e antirracistas, "não como mensagens simbólicas desencarnadas, mas como ideias concebidas para dar sentido à nossa vida diária" (Collins, 2019, p. 182).

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. F. C.; PEREZ, D. K. Nos bastidores da indústria pornográfica: reflexos da pornografia e a importância da educação sexual. *Revista Psicologia e Transdisciplinaridade*, v. 1, n.1, p. 82-101, 2021.
- BARROS, P. E.; BARRETO, R. M. Corpo negro e pornografia: a fantasia do negro pauzado. *BAGOAS*, n. 19, p. 301-315, 2018.
- BUENO, W. C. *Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2019.
- CARMO, N. A.; RODRIGUES, O. S. "Minha carne não me define": a hipersexualização da mulher negra no Brasil. *O Público e o Privado*, n. 40, 2021.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos Contemporâneos*, v. 49, n. 1, p. 49-58, 2003.

- COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CORRÊA, M. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, v. 6, n. 7, p. 35-50, 1996.
- DA CAMPO, L. A., VINHAS, L. I. O funcionamento discursivo de tags em vídeos de site pornográfico: um estudo via designação. *Domínios de Linguagem*, v. 17, p. 1-22, 2023.
- DEL PRIORI, M. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- DINES, G. *Pornland: how porn has hijacked our sexuality*. Boston: Beacon Press, 2010.
- FISCHER, R. M. B. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. *Educação e Realidade*, v. 22, n. 2, 1997.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HACKING, I. *Ontologia histórica*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos. Coleção Filosofia e Ciência, 1 ed., 2009.
- hooks, b. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020
- hooks, b. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, n. 2, p. 464-478, 1995.
- hooks, b. Reflections on race and sex. In: *Yearning: race, gender, and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990.
- LEITE, J. A pornografia “bizarra” em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o “abuso facial”. In: DÍAZ BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. (orgs). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: CLAM, Garamond Universitária, 2009.
- MANGUINEAU, D. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MEDRADO, B. Textos em cena: a mídia como prática discursiva. In: SPINK, M. J. P. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Centro Edelstein de Estudos Sociais, 2013. p. 194-220.
- NUNES, P. S., SILVA, J. C. Globeliza 2017: nova estética de um corpo feminino explorado. In: COVALESKI, R. *Encontro Nacional de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda PROPESQ-PP*, e-book do VIII PROPESQ-PP. Recife: Ed. UFPE, p. 1051-1066, 2017.
- PACHECO, A. C. L. *"Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar": escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.
- PARREIRAS, C. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. *Cadernos Pagu*, v. 38, p. 197-222, 2012.
- RIBEIRO, R. D. S., DE PAULO, L. C. Pornografia inter-racial: a dupla violência contra mulheres negras. *Revista de Direito Constitucional Internacional e Comparado*, v.2, n. 2, 2017.
- ROST, M. Sexualidades em negociação: a pornografia live streaming no CAM4.com. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2016.

- SANTOS, J. C. F. O espetáculo da mulher negra nua na televisão: um estudo de caso sobre a GLOBELEZA. *Revista Iniciacom*, v. 7, v.1, 2018.
- SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Centro Edelstein de Estudos Sociais. p. 22-41, 2013.
- TANCER, B. *Click: what millions of people are doing online and why it matters*. Nova Iorque: Hyperion, 2009.
- TEIXEIRA, M. S. S. P.; QUEIROZ, J. M. *Corpo em debate: a objetificação e sexualização da mulher negra*. Bahia, 2017. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/69359405-Corpo-em-debate-a-objetificacao-e-sexualizacao-damulher-negra.html>>. Acesso em: 12 dez. 2022.